

EDUCAÇÃO

V.11 • N.2 • Número Temático - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p120-133



PROPOSTAS DE ENSINO DISSONANTES PARA MENINAS E JOVENS BRASILEIRAS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

DIFFERENT EDUCATION PROPOSALS FOR BRAZILIAN GIRLS AND
YOUNG WOMEN, IN THE FIRST DECADES OF THE XX CENTURY

PROPUESTAS DE ENSEÑANZA DISONANTES PARA LAS NIÑAS Y
JÓVENES BRASILEÑAS, EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas¹

Joelza de Oliveira Santos²

Walna Patrícia de O. Andrade³

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar as propostas dissonantes de ensino e formação de meninas e jovens brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressupostos teóricos metodológicos a História da Educação, a História das Mulheres e a análise de fontes documentais (revistas e jornais), e bibliográficas. Neste período, há um esforço do Estado brasileiro na estruturação, criação e implantação dos Grupos Escolares, nas capitais e principais cidades do interior, em cada uma das diferentes regiões e estados. Entretanto, apesar do aumento da oferta de vagas em instituições escolares públicas, voltadas para o ensino primário, associadas aos ditames da Pedagogia Moderna e do higienismo, as disciplinas ensinadas às meninas e jovens tinham como objetivo, prepará-las para funções vinculadas ao espaço doméstico, formando assim esposas dedicadas e mães zelosas. Neste mesmo contexto, percebemos a produção, circulação e apropriação de discursos e recomendações de formação, construídas no interior de associações feministas, com destaque, para ideias defendidas pelas intelectuais que integravam a Federação Brasileira do Progresso Feminino e a União Universitária Feminina que indicavam outras propostas curriculares e instituíam novos campos de atuação para meninas e jovens, oriundas de diversos grupos sociais, que se configuraram dissonantes do que era previsto e prescrito nas instituições públicas. A ampliação do acesso ao ensino superior associado à diversificação do mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de realizar concursos públicos, aberta às mulheres após 1930, entre outros fatores, permitiram novas atribuições e atividades profissionais a serem conquistadas pelas jovens brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Feminina. História da Educação. História das Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate different education proposals for teaching girls and young women in Brazil in the first decades of the XX century, using a theoretical approach based on Education History and Women's History and documentary sources such as magazines and newspapers. During this period, there was an effort of the Brazilian government for the structuralization and implementation of School Groups at capitals and important cities in every region of Brazil. Nevertheless, even with the increase of public schools focused on primary education which were associated with Modern Psychology and Hygienism, the lectures which were designed for girls and young women would prepare them to do domestic work and educate housewives and mothers. Meanwhile, we notice the production, circulation and appropriation of speeches and practices build inside feminist associations, specially by the Brazilian Federation of Women's Progress and the Women's Academic Union, which indicate other curriculum ideas and new acting roles for young women of every social background, contrary to what was taught at the public institutions. The access expansion to higher education and the cultural shift at the job market after 1930, among other factors, allowed new attributions and work activities to be conquered by young Brazilian women.

KEYWORDS

Female education. Education History. Women History.

RESUMEM

El objetivo de este estudio es investigar las propuestas disonantes de enseñanza y formación de las niñas y jóvenes brasileñas, en las primeras décadas del siglo XX, teniendo como presupuestos teóricos metodológicos la Historia de la Educación, la Historia de las Mujeres y el análisis de fuentes documentales (revistas y periódicos) y bibliográficas. En este período, hay un esfuerzo del Estado brasileño en la estructuración, creación e implantación de los Grupos Escolares, en las capitales y principales ciudades del interior, en cada una de las distintas regiones y estados. Sin embargo, a pesar del aumento de la oferta de vacantes en instituciones escolares públicas, direccionada a la enseñanza primaria, asociadas a los dictados de la Pedagogía Moderna y del higienismo, las asignaturas

enseñadas a las niñas y jóvenes tenían como objetivo prepararlas para funciones vinculadas al espacio doméstico, formando así esposas dedicadas y cuidadosas. En este mismo contexto, percibimos la producción, circulación y apropiación de discursos y recomendaciones de formación, construidas en el interior de asociaciones feministas, con énfasis en las ideas defendidas por intelectuales que integraban la Federación Brasileña del Progreso Femenino y la Unión Universitaria Femenina que indicaban otras propuestas curriculares e instituyeron nuevos campos de actuación para las niñas y jóvenes, provenientes de distintos grupos sociales, que se configuraron disonantes de lo que era previsto y prescrito en las instituciones públicas. La ampliación del acceso a la enseñanza superior asociado a la diversificación del mercado laboral, así como, la posibilidad de realizar concursos públicos abierta a las mujeres después de 1930, entre otros factores, permitieron nuevas asignaciones y actividades profesionales a ser conquistadas por las jóvenes brasileñas.

PALABRAS CLAVE

Educación Femenina, Historia de la Educación, Historia de las Mujeres.

1 PROPOSTAS DE ENSINO DISSONANTES PARA MENINAS E JOVENS BRASILEIRAS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O objetivo deste estudo é investigar as propostas dissonantes de ensino e formação de meninas e jovens brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressupostos teóricos metodológicos a História da Educação, a História das Mulheres e a análise de fontes documentais (revistas e jornais) e bibliográficas.

No final do século XIX, ainda era corrente a preocupação excessiva com a educação moral das meninas e jovens. Muitos intelectuais insistiam na incapacidade intelectual feminina, assim, a educação, como processo de aprendizado das virtudes e das regras de conduta e como imposição de limites à vontade “desenfreada das mulheres”, era compreendida como necessária (PRIORE, 1998, p. 219).

No Brasil, meninas e jovens adquiriram o direito legal à instrução pública por meio da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que previa a criação de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos, para meninos e meninas, em todo o território brasileiro. A partir de então, foram implantadas as aulas de primeiras letras para meninas que deveriam ser providas, preferencialmente, por professoras. Esta mesma lei determinava componentes curriculares diferenciados ler, escrever, contar e a doutrina cristã consistiam nos primeiros ensinamentos para ambos os sexos. No entanto, destacava-se o ensino de geometria para os meninos e para as meninas bordado e costura (LOURO, 1997, p. 144).

Mesmo com a garantia legal de acesso ao ensino público, a instrução feminina que se dava em Conventos, Recolhimentos, Colégios Religiosos, no século XIX, ou no ambiente restrito do lar com

preceptoras, em geral estrangeiras, ou mesmo professores particulares, ainda se manteve por algumas décadas no século XX. Estas possibilidades, no entanto, estavam restritas às jovens da elite econômica sergipana. Nestes casos, além dos conteúdos indicados legalmente para as meninas, eram incluídas aulas de etiqueta, piano, francês, habilidades culinárias, trabalhos manuais diversificados e refinados.

O Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino, entre outras providências, cabendo às Províncias o direito e o dever de regulamentar, promover a educação primária e secundária e a formação de professores. Mesmo com uma medida normativa, a falta de recursos impediu que muitas províncias pudessem organizar seus sistemas de ensino em curto prazo de tempo.

Em Sergipe, as primeiras aulas públicas de primeiras letras abertas para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá (NUNES, 1984, p. 47). O ensino secundário era voltado para a preparação dos alunos aos exames de acesso às Academias Imperiais.

Em 1860, em Sergipe, existiam 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10, apenas uma feminina, e estas atendiam a 423 alunos. Em 1870, estavam em funcionamento no Brasil 2.602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto em Sergipe eram 100, das quais 69 masculinas e 31 femininas (NUNES, 1984, p. 99; 106).

O crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou deveriam receber “lições próprias para o seu sexo”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p. 446). Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

No tocante ao ensino secundário, em Sergipe, os colégios privados de orientação laica ou religiosa tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, inicialmente, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas (FREITAS, 2003, p. 13).

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto 7.247/1879) que deu nova organização ao ensino primário e secundário do município da Corte e do Superior em todo Império, permitiu o acesso às mulheres maiores de 18 anos e menores de 30 anos, nos cursos de Medicina, Farmácia, Obstetrícia e Ginecologia, também Cirurgia Dentária. A norma citada exigia que as alunas matriculadas teriam aulas em lugares separados dos colegas homens. Mesmo antes desta Reforma, algumas mulheres brasileiras tiveram oportunidade de frequentar cursos de formação superior em outros países, mas as exigências econômicas para a viagem, o estudo e a manutenção delas, na Europa ou nos Estados Unidos, dificultavam e impediam o acesso a esta possibilidade para grande maioria.

Registra-se o investimento de muitos estados brasileiros na estruturação, criação e implantação dos Grupos Escolares, nas primeiras décadas do século XX, nas capitais e principais cidades do interior. Onde o ensino primário seriado foi ministrado em turmas separadas e, na maioria das vezes, em turnos

distintos, para meninos e meninas. Entretanto, apesar do aumento da oferta de vagas em instituições escolares públicas, voltadas para o ensino primário, associadas aos ditames da Pedagogia Moderna e do higienismo, as disciplinas ensinadas às meninas e jovens mantiveram o objetivo, prepará-las para funções vinculadas ao espaço doméstico, formando assim esposas dedicadas e mães zelosas.

Neste mesmo contexto, percebemos a produção, circulação e apropriação de discursos e recomendações de formação, construídas no interior de associações feministas, com destaque, para ideias defendidas pelas intelectuais que integravam a Federação Brasileira do Progresso Feminino (1922) e a União Universitária Feminina (1931), ambas com sede no Rio de Janeiro. Estas associações tiveram representantes, atuando em Sergipe e em outros estados brasileiros, em seus textos publicados pela imprensa local e nacional, indicavam outras propostas curriculares e instituía novos campos de atuação para meninas e jovens, oriundas de diversos grupos sociais, que se configuraram dissonantes ao que era previsto e prescrito nas instituições públicas.

A ampliação do acesso ao ensino superior associado à diversificação do mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de realizar concursos públicos, aberta às mulheres após 1930, entre outros fatores, permitiram novas atribuições e atividades profissionais a serem conquistadas pelas jovens brasileiras de algumas famílias.

2 AS VOZES DISSONANTES DE SERGIPE E AS POSSIBILIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO PARA MENINAS

Na segunda metade do século XIX, algumas sergipanas já publicavam textos nos jornais locais e em outras províncias, defendendo mudanças na educação feminina, como é o caso de Etelvina Amália de Siqueira (1862-1932), que participou ativamente como professora e oradora, da “Sociedade Abolicionista A Cabana do Pai Thomaz” conforme evidenciou Santos (1997), Freitas (2002) e Figueirôa (2007).

Em 1884, no Jornal “A Discussão”, em Pelotas, a professora abolicionista indicava uma formação para jovens da elite econômica, futuras mães, que pudessem preparar seus filhos para o fim da escravidão:

Eduque-se convenientemente a mulher, façam-na conceber as verdades da sua missão, liberte-se seu espírito das garras da vaidade, que conduz insensivelmente ao abismo de todos os vícios, e teremos completa a nossa sociedade. [...] Compenetrar-se de que tem a exercer na terra uma missão elevada, mostrar-se forte na virtude, respeitada pela nobreza de suas ações, especialmente a mulher mãe, é que deve ter em muita consideração estas verdades [...] de **acostumar seus filhos a envergonhar-se do título infamante de senhor de seus próprios irmãos; de criar em seus espíritos natural aversão ao – chicote – esse maldito escarro de Satanás, que há tantos séculos grudou-se na face cândida da nossa América [...]**. (FREITAS, 2002, p. 163. Grafia atualizada. Grifos nossos).

Percebe-se nas primeiras décadas do século XX, que o debate de ideias e propostas para a formação de meninas e jovens, ocupam algumas páginas da grande imprensa, não apenas em Sergipe, mas

em outros estados, em jornais e revistas literárias e femininas. A urbanização e industrialização da capital, Aracaju, e de algumas cidades sergipanas, ligadas à produção têxtil, a ampliação da busca por escolas do ensino primário e secundário, estabeleceram novas exigências de qualificação e formação para as mulheres sergipanas.

Várias associações (educacionais, científicas, literárias) foram criadas com fins diversos, entre outros, o Club Esperanto (1906), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

Entre 1914 e 1916, no “Diário da Manhã”, foi o discurso da Bacharel em Letras, formada pelo Atheneu Sergipense, Ítala Silva de Oliveira (1897-1984) que defendeu a atuação e o engajamento feminino na Liga Sergipense contra o Analfabetismo e alterações na educação das meninas e jovens. Além de atuar como professora do ensino primário e secundário particular, exerceu o magistério na referida Liga e, em 1919, foi nomeada conservadora dos Gabinetes de Química, Física e História Natural da Escola Normal.

Ítala também contribuiu para a Revista Feminina, publicada em São Paulo. Em 1921, mudou-se para Salvador, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, tendo recebido em 1924 o grau de Doutora em Obstetrícia, com uma tese médica sobre educação sexual. Retornou a Aracaju após a formatura, mas decidiu partir para o Rio de Janeiro, alguns anos depois, onde teve uma clínica particular no bairro da Penha e exerceu a medicina em hospitais públicos.

Em 15 de março de 1916, no Jornal Diário da Manhã, conclamava a professora Ítala, que as mulheres se engajassem na luta contra o analfabetismo no Brasil, como uma estratégia para futuras conquistas:

[...] Se esta ideia que aqui exponho, fosse levada a efeito, **se do Rio Grande do Sul ao Amazonas todas as mulheres que tivessem se instruído quisessem assim fazer, eu não só acreditaria, sinceramente, na extinção – porque não dizer? – completa do analfabetismo no Brasil, como veria nisto o primeiro passo dado pela mulher brasileira para sua emancipação.** (OLIVEIRA, 1916, p. 2. Grafia atualizada. Grifos nossos.)

O crescimento e a diversificação da população de Aracaju, na década de 1920, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, pode ser explicado pelo aumento da migração do interior para a capital, entre outros fatores. A modernização da cidade e a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolarização aumentaram os atrativos para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p. 48), em 1920, a população de Aracaju era aproximadamente de 37.440 habitantes e, em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

A Escola Normal feminina era um espaço de escolarização bastante procurado pelas famílias sergipanas para a formação de suas filhas. A referida instituição foi instalada em 1877, no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju, pelo então Presidente da Província João Pereira de Araújo Pinto. O objetivo do curso de preparação para o magistério se ampliava na medida em que oferecia uma possibilidade de profissionalização às jovens órfãs e a continuidade de estudos para alunas não internas. Em 1911, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio na praça central da cidade, em regime de externato. Manteve-se nesta sede até a metade da década de 1950.

Em 1916, a Escola ampliou, ainda mais, sua oferta de ensino, com o Curso Complementar, que tinha a duração de um ano letivo e servia como intermediário para o acesso ao curso normal. Até 1925, o certificado de aprovação, neste curso, permitia acesso ao curso de formação de professores sem a necessidade de realização do exame de admissão. Em 1922, este curso foi estendido para dois anos, sendo que no primeiro ano foi mantido o caráter preparatório para o curso normal e o segundo deu ênfase à formação específica para as jovens que não desejassem se encaminhar para o magistério.

A formação oferecida era fundamentada nas seguintes disciplinas: Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música. Percebe-se pelo programa do curso a preocupação com a aquisição de conhecimentos e habilidades para as atividades relacionadas ao espaço doméstico e à maternidade. Em 1927, este segundo ano, passou a ser chamado de Curso Profissional Feminino e deixou de ser ministrado na Escola Normal, transferindo-se para o Instituto Profissional Coelho e Campos.

Na Primeira República, a clientela da Escola Normal era constituída de jovens oriundas, em sua maioria, das camadas médias da sociedade. A busca pela ascensão social, pela profissionalização do magistério e a possibilidade de ampliação de estudos motivaram o aumento da procura pela Escola (NUNES, 1984, p. 195).

Além da Escola Normal Rui Barbosa outras instituições atuavam no interior de Sergipe, preparando professoras, tais como as instituições de ensino particulares confessionais: Colégio Nossa Senhora das Graças (Própria); Colégio Imaculada Conceição (Capela), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância).

Em Aracaju, o ensino profissionalizante estruturou-se, nestas três primeiras décadas do século XX, por meio da “Escola de Aprendizes e Artífices” (1910), da “Escola de Comércio Conselheiro Orlando” (1923), do “Liceu Profissional Coelho e Campos” (1923) e do “Instituto de Química Industrial” (1926), que aos poucos passaram a receber também jovens alunas.

Percebe-se que nas primeiras décadas do século XX, o horizonte de possibilidades de escolarização de meninas e jovens sergipanas foi ampliado e diversificado. Instituições distintas e propostas curriculares diferenciadas, entretanto, ainda mantiveram os objetivos de formação relacionados com a gestão do ambiente doméstico, o aprendizado de técnicas manuais e a preparação para a maternidade.

3 A REVISTA RENOVAÇÃO E O CURSO PRÁTICO FEMININO

Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998), nasceu em Aracaju, realizou o curso primário no Grupo Escolar General Siqueira de Menezes e o curso secundário no colégio Atheneu Sergipense. Em 1923 mudou-se para Salvador para realizar o curso superior de Direito. Bacharelou-se em 1926. Ao retornar a Aracaju, atuou como advogada e prestou concurso para o Colégio Atheneu, em 1929, mas só conseguiu tomar posse em 1931, com a interferência do Interventor do Estado Augusto Maynard. Como parte do processo de concurso escreveu e defendeu a tese “A mulher na literatura”.

Entre 1931 e 1934, editou e manteve a Revista Renovação, tendo contribuído para diversos jornais de Aracaju. Renovação era uma publicação cultural-literária, de acordo com o seu primeiro editorial

e tinha, entre outros objetivos, o de oferecer espaço para os talentos locais, femininos e masculinos, além de educar o povo:

Há, porém, grande parte de inteligência moça, que se atrofia, incógnita, nos nossos estreitos limites; **que tem surtos de evolução e progresso mas que se retrai e esconde, com o pudor, talvez, de aparecer. Entre os homens isto, às vezes, se dá; entre as mulheres é regra geral.** [...] Pensamos, porém, neste momento em que tudo no Brasil se renova, em que tudo se reorganiza, em dar ao nosso pequenino Estado ensejo de sair desse ambiente estreito e retrógado; **educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho; instruir o povo no incentivo aos surtos de inteligência, às revelações de capacidades; convencer o povo de que escrever si é a mais bela das artes é, ainda a mais agradável e útil das distrações** [...]. (ANDRADE, 1931, p. 1. Grifos nossos.).

O ciclo de vida da Renovação pode ser dividido em três fases distintas, tomando como base o critério da periodicidade. A primeira na qual a revista era quinzenal (de janeiro de 1931 a abril de 1932 – 27 edições); a segunda, quando foi editada mensalmente (de maio a outubro de 1932 – 4 edições); e, a terceira, quando ocorreu o “ressurgimento” da revista, em 1934, com periodicidade mensal (janeiro a setembro de 1934 – 9 edições). Em 1933, nenhum número foi publicado.

Infelizmente, não foram localizados dados mais específicos sobre a caracterização dos leitores da Revista, nem sobre a tiragem dela. Pode-se inferir que, tendo em vista o fato de ser mantida por meio de assinaturas e das verbas arrecadadas junto aos anunciantes, que ocupavam espaços de publicidade, que ela possuía um público leitor assíduo e que, de certa maneira, atendia as suas expectativas. Esta publicidade ocupava, em média 6 páginas inteiras de anúncios (considerando a capa e contracapa, cada número da Renovação tinha em média 22 páginas.)

A participação feminina ocorria por meio da publicação de poemas, cartas e pequenas crônicas. As ações de benemerência e filantropia, os espetáculos e os concursos literários promovidos pela própria Revista ou pela Escola Normal, também permitiam a visibilidade dos talentos femininos. As páginas de Renovação serviram também para divulgar os manifestos, as atividades, e os boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e da União Universitária Feminina (UUF).

A FBPF foi criada em 1922, no Rio de Janeiro e durante muitos anos teve como presidente Bertha Lutz, entre outros objetivos lutou pela ampliação da participação política das mulheres, como o acesso ao voto e a elegibilidade (SCHUMAHER, 2000, p. 106-112; SOHIET, 1997, p. 99-124).

Em 1931, foi fundada a UUF por Carmem Portinho, também no Rio de Janeiro, tinha como principal meta o apoio, por meio de chás e reuniões, às alunas universitárias e as recém-formadas nos cursos superiores. As associadas se esforçavam, a partir de uma rede de contatos, para auxiliar as jovens que se titulavam a conseguirem espaços de exercício profissional no mercado de trabalho. (PORTINHO 1999, p. 40-49; SCHUMAHER, 2000, p. 135-137).

Em diversos momentos, estas duas agremiações juntaram suas pautas de reivindicação e suas filiações em atividades e campanhas comuns, como: congressos, seminários, representação em eventos internacionais, o censo eleitoral feminino, entre outros. Em Sergipe, Cesartina Régis (1890-1980), primeira farmacêutica sergipana e Maria Rita Soares de Andrade estiveram vinculadas às duas associações.

Mesmo com seções especiais para as leitoras, *Renovação* não pode ser caracterizada estritamente como uma publicação feminina ou mesmo feminista. Segundo a própria diretora, a publicação era um “magazin literário”. O espaço dedicado aos poetas, cronistas, romancistas, críticos literários e imortais da Academia Sergipana de Letras era amplo.

Maria Rita ressaltava, nos editoriais, as esperanças de que o “novo regime” se preocupasse com a educação do povo e garantisse maior participação feminina na vida pública. O empenho dela na defesa da educação popular e feminina se aproximava das propostas defendidas por Ítala Silva de Oliveira, em 1916.

A referida editora usou os editoriais, no ano de 1931, para registrar as expectativas de que as mulheres seriam respeitadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, especialmente no tocante à cidadania, tendo como garantia o acesso à educação superior, ao exercício de profissões liberais e à possibilidade de ocupar cargos públicos importantes, o direito ao voto e à elegibilidade. No entanto, no final de 1932, observou-se uma mudança no tom dos textos, a advogada cobrava espaços na “democracia sem mulheres” instituída por Getúlio Vargas.

Segundo Borges (1998), na década de 1930 a “história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e vivo debate” (BORGES, 1998, p. 160) e por rupturas representadas pela Revolução de 1930 e pela decretação do Estado Novo (1937).

As dificuldades vivenciadas por Maria Rita na manutenção da *Revista Renovação*, diversas vezes manifestadas em seus editoriais, relacionadas a problemas financeiros e mesmo a exigência de uma dedicação que ela não poderia assumir, tendo em vista as atividades profissionais que desenvolvia como advogada e professora, esbarraram, também, nos preconceitos da sociedade aracajuana quanto às ideias feministas que defendia por meio de um veículo de informação impresso.

As propostas de educação feminina eram veiculadas na *Revista Renovação* por meio de diversas formas, mas principalmente nos editoriais; nos textos relacionados às lutas e conquistas Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e União Universitária Feminina; em seções específicas como a “Arte de ser mulher” e “Pela Assistência Cristã Feminina” (estas duas seções estiveram presentes no último ciclo da *Revista*, no ano de 1934); nas correspondências; nos textos literários, principalmente nos contos e poesias.

Essas propostas se diferenciaram no decorrer das fases da revista, sendo que nos primeiros anos (1931-1932) a defesa do direito feminino ao ensino público e do acesso ao ensino superior apareceram constantemente. A vinculação entre escolaridade feminina e exercício de uma profissão liberal também foi marcante. Além disso, a maioria dos textos proclamava que a emancipação feminina seria construída a partir da escolarização e do exercício de uma profissão, e deveria ser pensada como uma conquista da Revolução de 1930 e uma demonstração de patriotismo.

Uma outra estratégia verificada nas páginas da *Revista* era apresentar mulheres que se realizaram no exercício de uma profissão e eram mães exemplares, esposas dedicadas. Advogadas, médicas, avia-doras, cientistas e professoras foram ressaltados como exemplos a serem seguidos. Alguns textos apresentaram as conquistas das mulheres nos Estados Unidos e na Europa, no tocante ao acesso ao ensino superior e a cargos públicos de prestígio como um estímulo para as mulheres brasileiras e sergipanas.

As viagens de algumas mulheres ligadas à União Universitária Feminina e à Federação pelo Progresso Feminino também foram registradas. Em muitos casos, existiu um “chamamento” explícito para que as mulheres se associassem a estas organizações, pois a expectativa era que com o “con-

graçamento” de todas elas, seria possível alcançar objetivos mais amplos e duradouros. As injustiças sofridas e as conquistas das mulheres sergipanas, dentro e fora do Estado, foram visibilizadas através de matérias específicas ou notas.

Pode-se perceber que as propostas veiculadas pela Revista Renovação se destinavam a mulheres privilegiadas, que moravam nas cidades, em especial nas capitais, que ainda estavam, de certa maneira, restritas ao ambiente doméstico, se arriscavam em colaborações literárias, exerciam atividades de benemerência, entre outras. Frequentavam o cinema, participavam dos recitais promovidos pela Academia Sergipana de Letras, pela Escola Normal e pela própria Renovação.

Estas mulheres teriam condições econômicas de realizarem cursos superiores fora de Sergipe, de participarem de eventos em Salvador, no Rio de Janeiro e em outros países; de se organizarem em torno das lutas defendidas quanto ao voto feminino e a elegibilidade, e de exercerem uma profissão liberal.

As jovens sergipanas que trabalhavam nas indústrias têxteis e em outras indústrias, aquelas que atuavam no comércio, na prestação de serviços, nos trabalhos domésticos, que tinham a escolaridade restrita ao ensino primário, ou em casos raros, possuíam o diploma de normalista, bem como as que eram arrimo de família, aquelas que estavam na zona rural ou em pequenas cidades do interior não apareciam nas páginas de Renovação. Esta perspectiva crítica poderia ser elaborada em relação às pautas defendidas e as representações veiculadas na Revista Renovação.

No entanto, uma ação desenvolvida e registrada referida publicação, no ano de 1934, associou, estrategicamente, uma proposta de filantropia no tocante a educação feminina das jovens pobres, por meio da “Assistência Cristã Feminina”. As jovens que moravam na periferia de Aracaju e puderam, de alguma forma, acessar novos conhecimentos e saberes, bem como se preparar para outros postos de trabalho.

A intenção de Maria Rita por meio desta Associação era a regeneração das prostitutas e educação-preventiva das jovens pobres que necessitavam lutar pela sobrevivência. A primeira realização foi a criação de um Curso Prático Feminino, que contou com a participação de grandes nomes do magistério feminino sergipano e tinha como currículo: Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Geografia, Datilografia, Taquigrafia, Escrita Mercantil, Educação Moral, Economia Doméstica e Arte Culinária (ASSOCIAÇÃO..., 1934, p. 12). De acordo com as evidências encontradas o curso funcionou, por alguns anos, mas não foi possível precisar por quanto tempo.

Destaca-se que no mesmo período que este curso foi ofertado pela Associação Cristã Feminina, em Aracaju, as jovens sergipanas também poderiam frequentar o Curso Profissional Feminino. Este funcionou, inicialmente, na sede da Escola Normal Rui Barbosa e desde 1927 passou a formar as alunas nas dependências do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Industrial, conforme Malta (2010, p. 126).

Com o passar dos anos o referido curso do Instituto Profissional Coelho e Campos, “[...] foi reconhecido como espaço legitimado pela sociedade para o preparo de moças para os serviços de economia doméstica e para bordar, costurar, pintar, tocar instrumentos, cantar, dentre outras coisas” (MALTA, 2010, p. 126).

A duração dos cursos voltados para as jovens no IPCC variava entre três a cinco anos e as alunas poderiam escolher diversos caminhos de formação, entre as seções oferecidas pelo Instituto. De acordo com Malta (2010, p. 157), em 1930, 247 alunas estavam matriculadas nas seguintes áreas:

desenho e trabalhos manuais; rendas e bordados, flores, confecção de chapéus; prendas; confecções, modas, roupas brancas e grossas; música; e desenho industrial.

Além de atender um público diferenciado, o Curso Prático Feminino, da Associação Cristã Feminina pretendia não apenas habilitar as jovens para o universo doméstico, para os trabalhos manuais e para o trabalho fabril; mas, ampliar possibilidades de atuar no mercado de trabalho, com conhecimentos e práticas de datilografia e taquigrafia e escrituração mercantil, exigidos para postos de trabalho no comércio, como secretárias, em bancos e em repartições públicas, entre outros. Estas atividades poderiam permitir, em alguma medida, que as sergipanas, pudessem ascender socialmente, atuando em um mercado de trabalho que se diversificava no período.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feministas liberais pregavam os benefícios da profissionalização feminina e da emancipação das mulheres, contrariando a posição de médicos higienistas, juristas e de alguns intelectuais que viam no trabalho feminino fora do lar a causa da desagregação da família e a decadência moral da mulher. Este ideal era assumido por Maria Rita Soares de Andrade e outras lideranças, que pertenciam a FBPF e a UUF e estava expresso nos diversos editoriais analisados da Revista Renovação.

Em 1938, a editora mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abriu um escritório de advocacia juntamente com a Dra. Maria Luiza Bittencourt e Dra. Maria Alexandrina Ferreira Chaves. Participou de eventos nacionais e internacionais, apresentando trabalhos jurídicos, foi professora do Colégio Pedro II e do Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil e colaboradora no Jornal do Brasil. Foi nomeada em 1967, como a primeira juíza federal do Brasil

Neste estudo constatamos que, desde o final do século XIX, existiu uma preocupação com a escolarização feminina em Sergipe. Ao longo da Primeira República há uma expansão da oferta para meninos e meninas, no tocante ao ensino primário e uma diversificação do atendimento. Escolas públicas, particulares não confessionais e particulares confessionais (católicas e protestantes) ofereciam ensino primário e, em algumas, o ensino secundário, na capital e no interior.

O ensino profissionalizante ministrado em diferentes instituições, em Aracaju e em São Cristóvão, também passou a permitir o ingresso de alunas em suas salas e oficinas de formação, nas primeiras décadas do século XX. Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico.

Nos discursos de três intelectuais sergipanas, Etelvina, Ítala e Maria Rita, que exerceram o magistério, ocuparam a imprensa e se preocuparam em defender a escolarização de meninas e jovens, foi possível identificar propostas dissonantes de educação feminina associadas ao engajamento social em lutas específicas, em favor da abolição da escravidão, da ampliação da alfabetização, da conquista do espaço público pelas mulheres e do exercício profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Editorial. **Revista Renovação**, Aracaju, n. 1, p. 1, janeiro de 1931.
- ASSOCIAÇÃO Cristã Feminina. **Revista Renovação**, Aracaju, n. 39, p.12, maio de 1934.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Políticas: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade Editora, 1999.
- FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. “**Matéria Livre... Espírito Livre para pensar**”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e da educação de ingênuos na capital da Província Sergipana (1881-1884). 2007. 176 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- FREITAS, Anamaria G. Bueno de. Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações. **Revista de Aracaju**, Prefeitura Municipal de Aracaju, Ano LIX, n. 9, Aracaju: FUNCAJU, 2002. p. 157-168.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443 -481.
- MALTA, Marina Oliveira. **O ensino profissionalizante em Sergipe**: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944). 2010. 235 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, UFS, 1984.
- OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Brasileira contra o analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, Ano VI, n. 1, 451, p. 2, 15 de março de 1916. Col. 1 e 2.
- PORTINHO, Carmem. **Por toda minha vida**: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EduERJ, 1999.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. p. 217-235.

SANTOS, Maria Nely. **A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**. Francisco José Alves. Uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 99-124, jan./dez. 1996.

Recebido em: 20 de Setembro de 2021

Avaliado em: 10 de Dezembro de 2021

Aceito em: 10 de Dezembro de 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutora e Mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP; Pós Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE/USP; Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe – DED/UFS; Vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos e Práticas Educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: anagbueno@uol.com.br

2 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Doutoranda em Educação –PPGED/UFS; Professora no Atendimento Educacional Especializado – AEE na rede pública do estado de Sergipe; Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos e Práticas Educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: walnaandrade77@gmail.com

3 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Especialista em Psicopedagogia e Licenciada em Pedagogia; Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça de Sergipe; Experiência docente na educação básica nas redes estaduais e municipais do estado de Sergipe; Membro de Grupo Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas – GEPHED/CNPq/UFS. E-mail: joelzaoliveira14@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-CompartilhaIgual CC BY-SA

